

Gestão de Custos nas Micro e Pequenas Empresas das regiões sul e sudeste de Curitiba

Ademir Clemente (UFPR) - ademir@ufpr.br

Ivanil Teles de Souza (UFPR) - ivanilteles_consultoria@hotmail.com

Marinês Taffarel (PUCPR/UNICENTRO) - marinestaffarel@yahoo.com.br

Resumo:

Neste artigo procura-se analisar e avaliar o conhecimento dos métodos de custeio e a utilização das ferramentas gerenciais de custos pelas Micro e Pequenas Empresas (MPes), bem como a contribuição efetiva dessas ferramentas para a sua gestão. Toma-se por base um levantamento de dados, por meio de questionário, efetuado no primeiro semestre de 2010 junto a amostra aleatória de 60 MPes localizadas nas Regiões Sul e Sudeste de Curitiba. Observa-se, pelos resultados, que cerca de 38% dos gestores das MPes pesquisadas não conhecem nenhum método de custeio e que 55% das empresas não contam com nenhuma ferramenta de gestão de custos, tornando-se evidente que as deficiências na gestão dessas empresas podem constituir fator restritivo comparável em importância às dificuldades de acesso ao crédito e à carga tributária excessiva. Por isso, estudos sobre as circunstâncias e as implicações relativas ao desconhecimento dos métodos e à pouca utilização das ferramentas gerenciais de custos nas MPes parecem constituir subsídio necessário à formulação e implementação de políticas públicas integradas e eficazes.

Palavras-chave: *Micro e pequenas empresas. Gestão de custos. Métodos de custeio.*

Área temática: *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

Gestão de Custos nas Micro e Pequenas Empresas das regiões sul e sudeste de Curitiba

Resumo

Neste artigo procura-se analisar e avaliar o conhecimento dos métodos de custeio e a utilização das ferramentas gerenciais de custos pelas Micro e Pequenas Empresas (MPEs), bem como a contribuição efetiva dessas ferramentas para a sua gestão. Toma-se por base um levantamento de dados, por meio de questionário, efetuado no primeiro semestre de 2010 junto a amostra aleatória de 60 MPEs localizadas nas Regiões Sul e Sudeste de Curitiba. Observa-se, pelos resultados, que cerca de 38% dos gestores das MPEs pesquisadas não conhecem nenhum método de custeio e que 55% das empresas não contam com nenhuma ferramenta de gestão de custos, tornando-se evidente que as deficiências na gestão dessas empresas podem constituir fator restritivo comparável em importância às dificuldades de acesso ao crédito e à carga tributária excessiva. Por isso, estudos sobre as circunstâncias e as implicações relativas ao desconhecimento dos métodos e à pouca utilização das ferramentas gerenciais de custos nas MPEs parecem constituir subsídio necessário à formulação e implementação de políticas públicas integradas e eficazes.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas. Gestão de custos. Métodos de custeio.

Área Temática: Custos como ferramenta para planejamento, controle e apoio as decisões.

1 Introdução

Com a evolução tecnológica dos meios de comunicação e a popularização da Internet, vivem-se tempos de democratização da informação, em que as facilidades de acesso são expressivas e crescentes. A interatividade, característica básica da Internet, possibilita que atividades organizacionais como relacionamento comercial e *marketing*, bem como operações financeiras, possam ser efetuadas virtualmente, simplificando processos burocráticos e tornando mais dinâmico o relacionamento das empresas com o ambiente em que atuam.

Por outro lado, de acordo com Kruglianskas (1996), citado por Cezarino e Campomar (2006), no mundo contemporâneo o ambiente em que as empresas atuam tornou-se turbulento e dinâmico. Fatores como avanço tecnológico, mudanças políticas e econômicas, intensificação da concorrência e pressão voltada aos aspectos ambientais tornam inescapável o cumprimento de seu papel social, além de remunerar o capital.

No meio empresarial hodierno, a distinção entre pequena e grande empresa não deveria se limitar ao volume de ativos físicos e financeiros, uma vez que atualmente os ativos intangíveis podem ser os mais importantes, em especial, o conhecimento. As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) já podem fazer negócios em qualquer parte do mundo, dependendo de sua área de atuação e de seu conhecimento técnico, mas principalmente de sua política de gestão e de sua estrutura de custos, vale dizer, de sua competitividade. Dessa forma, a efetiva utilização de ferramentas gerenciais de custos constitui condição *sine qua non* para a conquista e a manutenção de espaço nos mercados integrados em nível mundial.

Diante disso, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: Em que extensão os métodos de custeio e as ferramentas gerenciais de custos são conhecidos e utilizados nas MPEs das Regiões Sul e Sudeste de Curitiba e, efetivamente, contribuem para sua gestão? O objetivo geral é levantar, analisar e avaliar o conhecimento dos métodos de custeio e a utilização das

ferramentas gerenciais de custos pelas MPEs das Regiões Sul e Sudeste de Curitiba, procurando esclarecer em que extensão contribuem efetivamente para a sua sobrevivência e seu crescimento.

O papel econômico e social das MPEs é expressivo nas Regiões Sul e Sudeste de Curitiba. Como em outras regiões, as MPEs respondem por grande parte dos postos de trabalho, dos salários e da arrecadação tributária. Entretanto, especialistas apontam que a falta de conhecimentos técnicos na área de gestão de custos contribui decisivamente para comprometer a sobrevivência das MPEs, as quais apresentam elevado nível de descontinuidade, como comprovam as estatísticas oficiais (SEBRAE, 2010). Embora genericamente se admita que a utilização de ferramentas gerenciais de custos seja incipiente e problemática nas MPEs, há muito poucas publicações específicas sobre a gestão de custos nessas empresas. Dessa forma, não se dispõe de informações claras e atualizadas, capazes de orientar a formulação de políticas públicas eficazes e, ao mesmo tempo, os empresários e órgãos de classe podem não estar adequadamente informados.

Este artigo compreende, além desta introdução, outras cinco seções: Micro e Pequenas Empresas (MPEs), Contabilidade e Gestão de Custos, Nota Metodológica, Análise dos Dados e Conclusão.

2 Micro e pequenas empresas (MPEs)

Esta seção resume as informações indispensáveis a respeito das MPEs, tendo em vista o objetivo do artigo.

2.1 Micro e Pequenas Empresas

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2003), apud Cezarino e Campomar (2009), normalmente as Micro Empresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) são constituídas por pessoas de uma mesma família. Tais pessoas, possuidoras de algum capital e com pouca formação educacional, vêm no pequeno negócio uma alternativa de ocupação e uma opção de emprego, uma vez que, devido à pouca qualificação, dificilmente encontrariam bom emprego em empresas de grande porte.

Ainda segundo o referido estudo, entre as principais características de gestão das MPEs brasileiras, podem-se destacar o baixo volume de capital, as altas taxas de natalidade e mortalidade, registros contábeis inadequados, comprometendo a análise e a gestão financeira. Ainda são constatados, como obstáculos à gestão, a presença significativa de proprietários, sócios e funcionários com laços familiares e falta de distinção entre os patrimônios do proprietário e da empresa. A respeito disso, Murphy (2005), apud Anholon *et al.* (2007), cita que é muito comum o proprietário ter como primeira preocupação o quanto irá lhe sobrar no final do mês, ao invés de planejar o reinvestimento dos lucros.

Ainda conforme Anholon *et al.* (2007), a falta de planejamento estratégico, da visão e da missão empresarial também é um dos pontos negativos constatados nas MPEs. Devido ao baixo investimento em inovação, os recursos tecnológicos utilizados normalmente são obsoletos e, como agravante, se percebe significativa dificuldade de acesso a financiamento de capital de giro e a fontes de financiamento, inclusive fontes oficiais. As mencionadas dificuldades no plano organizacional e financeiro e a incipiente formalização dos processos conduzem a um alto índice de sonegação fiscal. O estudo desses autores constata, também, que os administradores dessas empresas não possuem formação gerencial adequada, o que constitui fator restritivo de grande alcance. O quadro de restrições por eles explicitado constitui um desafio significativo para as políticas públicas orientadas ao setor.

2.2 A importância econômica e social das MPES

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2006), havia no Brasil, naquele ano, pouco mais de dois milhões de MPES, representando mais de 97% do total de estabelecimentos empregadores.

O mesmo DIEESE, em pesquisa posterior, classifica as empresas por porte e setor, observando que: na indústria, as MPES representam 96% dos estabelecimentos; no comércio, 99%; nos serviços, 97%; e na construção civil, 97%; proporcionando, em conjunto, 51% do total de postos de trabalho formais (DIEESE, 2008, p. 34).

De acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor - GEM* (2009), as MPES são responsáveis por 40,01% do total de empregos formais e representam 93,6% do total de empresas no Brasil.

Essas fontes independentes não deixam dúvida sobre a importância econômica e social do segmento das MPES.

2.3 Fatores que afetam a sobrevivência e o crescimento das MPES

As dificuldades a que estão sujeitas as MPES ocasionam elevado percentual de desaparecimento precoce. Dados recentes, relativos ao Estado de São Paulo, mostram que apenas 38% das MPES sobrevivem por 5 anos ou mais (SEBRAE, 2008, p 69).

De acordo com Petti (2009), 86% dos pequenos empresários desconhecem os custos do seu principal produto. Pesquisa do SEBRAE (2007, p. 40), aponta que a formação inadequada dos preços dos produtos e serviços e a falta de planejamento comprometem a sobrevivência das empresas.

Por outro lado, as empresas de grande porte, devido às suas estruturas administrativas complexas e pesadas, demoram a se adequarem às mudanças no ambiente de negócios. As MPES, por serem organizações menores e mais simples, podem responder com maior agilidade a essas mudanças, obtendo uma importante vantagem no mercado.

Entre as causas de descontinuidade das MPES logo nos primeiros anos de atividade está também o denominado Custo Brasil, com destaque para a carga tributária, além de falta de capacitação gerencial e restrições financeiras em geral (SEBRAE, 2007, p. 39, 41).

2.4 Classificação das MPES

No Brasil, as MPES são classificadas tanto pelo faturamento como pelo número de empregados. A primeira classificação consta do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/2006), e a segunda é adotada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo SEBRAE. Neste artigo, são consideradas em conjunto ambas as classificações, mostradas no Quadro 1.

CLASSIFICAÇÃO	FATURAMENTO ANUAL	RAMO	EMPREGADOS
Micro Empresas	Até R\$ 240.000,00	Com. e Serviços	até 9
		Indústria	de 10 até 19
Emp.Peq.Porte	Acima de R\$ 240.000,00 Até R\$ 2.400.000,00	Com. e Serviços	de 10 até 49
		Indústria	de 20 até 99

Fonte: Lei Complementar 123/2006, Ministério do Trabalho e Emprego, e SEBRAE.

Quadro 1 – Classificação das MPES

3 Contabilidade e gestão de custos

A contabilidade de custos somente auxilia os gestores quando contempla os objetivos, metas e orçamentos da empresa como um todo e de cada um dos seus setores (Leone, 2000). Conforme Petti (2009), muitas vezes os empreendedores concentram-se nas atividades de vender, lançar produtos e conquistar mercados e deixam em segundo plano o efetivo resultado financeiro. A dificuldade, então, reside em implantar e operar uma contabilidade de custos baseada na estratégia empresarial e que seja capaz de sinalizar com segurança a evolução dos resultados financeiros da empresa.

Sabe-se que o perfil dos custos industriais vem se alterando consideravelmente desde os anos 60, com diminuição da importância dos custos de mão de obra e aumento da participação dos custos indiretos de fabricação (CIF), devido à utilização de equipamentos com crescente nível de tecnologia. As novas técnicas de produção baseadas na microeletrônica, pela sua natureza, têm como característica a predominância da tecnologia sobre a mão de obra. Assim, o foco dos métodos de custeio teve de se deslocar dos custos de mão de obra para os CIF.

Nesse novo contexto tecnológico, os sistemas de custeio devem proporcionar as informações tradicionais sobre custo e volume e também serem capazes de captar custos de oportunidade, custos da falta de qualidade, custos de ociosidade e até mesmo custos sociais, se a empresa adotar visão de responsabilidade social e de sustentabilidade (Souza; Clemente, 2007, p. 56).

3.1 Produção em série e sob encomenda

Na produção em série, os produtos são padronizados, fabricados de modo contínuo e são colocados a disposição dos clientes. Nesta modalidade, a função comercial comanda a produção e a acumulação de custos por processo deve ser utilizada. A informação sobre o custo unitário e sua evolução ao longo do tempo permite avaliar a eficiência na produção e se posicionar convenientemente diante da concorrência.

Quando sob encomenda, geralmente a produção é *tailor-made* e é comandada pela gerência da empresa. A produção sob encomenda requer o custeamento por ordem de produção para permitir monitoramento e controle de todos os gastos.

3.2 Métodos de custeio

Os métodos de custeio mais comuns no Brasil são resumidamente descritos e comparados a seguir.

3.2.1 Custeio por Absorção

Embora a legislação específica não estabeleça explicitamente a forma de apuração dos custos para efeitos fiscais, seus dispositivos correspondem ao tradicional Método de Absorção. Este método considera que todos os custos realizados, sejam diretos ou indiretos, devem compor o valor dos estoques, independentemente de serem custos de produtos em elaboração ou de produtos acabados. Dessa forma, tais custos serão reconhecidos nos resultados do período em que ocorrer a venda dos produtos.

Mesmo em pequenas empresas, frequentemente as linhas de produção compreendem vários centros auxiliares, além dos centros produtivos que participam diretamente da transformação industrial. Nesse caso, os CIF inicialmente acumulados nos centros auxiliares devem ser transferidos aos centros produtivos segundo critérios preestabelecidos. Então,

tendo sido totalmente atribuídos aos centros produtivos, os CIF são finalmente repassados aos produtos segundo critérios como homens-hora, horas-máquina ou consumo de materiais (Souza; Clemente, 2007, p. 82).

O Custeio por Absorção permite, ainda, detectar e avaliar custos de ineficiência e de ociosidade com referência a certo plano de produção. O custo de ineficiência corresponde à diferença a menor entre o resultado esperado para as horas efetivas de operação e o resultado obtido; enquanto o custo de ociosidade advém diretamente de eventual diferença a menor entre as horas de funcionamento previstas e as realizadas. Este método de custeio permite eliminar do custo dos produtos acréscimos indevidos, originários de ineficiência e de ociosidade, como também possibilita gerenciar o processo produtivo, controlando falhas e removendo estrangulamentos.

3.2.2 Custeio Direto e Análise de Custo-Volume-Lucro

Segundo este método, apenas os custos variáveis são atribuídos aos produtos. Os custos fixos são considerados como próprios da estrutura organizacional e são lançados contra o resultado do período em que ocorrem. Enquanto para o Custeio por Absorção a produção é considerada como a geradora de valor para a empresa, no Custeio Direto a geração de valor é associada às vendas.

Apropriar aos produtos apenas os gastos variáveis significa responsabilizá-los somente pelo consumo de recursos que não teria ocorrido se não fossem produzidos. Isso está de acordo com o princípio econômico do custo de oportunidade.

A Análise Custo-Volume-Lucro se baseia no custeio Custeio Direto e permite simular, a partir de parâmetros de preços de venda e de gastos variáveis, níveis de vendas capazes de trazer diferentes resultados para a empresa, em particular o nível mínimo de vendas para alcançar o equilíbrio entre receitas e gastos totais.

3.2.3 Custeio Baseado em Atividades

Para Souza e Clemente (2007, p. 229), em termos conceituais, no custeio ABC (*Activity Based Costing*), o negócio é entendido como um conjunto de processos, cada processo envolvendo uma série de atividades. No ABC, objeto de custeio deixa de ser obrigatoriamente um produto ou serviço. Uma vez determinado o conjunto relevante de atividades de cada processo, estas são custeadas considerando seus respectivos consumos de recursos. A partir disso, levando em conta a intensidade com que diferentes objetos de custeio demandam as várias atividades, obtém-se seus custos. Dessa forma é possível custear fornecedores, clientes, linhas de produto e segmentos de mercado.

O custeamento das atividades também possibilita ação gerencial eficaz no sentido de eliminar ou reduzir as atividades que não agregam valor ao produto e, ao mesmo tempo, garante rastreabilidade para identificar fontes de variações de custos. O grande inconveniente, entretanto, é a grande complexidade dos sistemas ABC, que requerem elevados gastos para implantação, operação e manutenção.

3.3 Formação do Preço de Venda.

Cezarino e Campomar (2006) afirmam que, em virtude da ignorância de princípios de administração e de contabilidade, torna-se comum em muitas organizações uma miscelânea de transações da empresa com as dos sócios, dificultando a apuração correta dos custos e fixação dos preços de venda.

Por outro lado, os mercados crescentemente concorrenciais já não permitem que as empresas simplesmente adicionem a margem desejada a seus custos para a fixação do preço. Nesses mercados, o preço é o parâmetro ao qual a empresa deve ajustar os seus custos de modo a obter a margem e o resultado desejados.

Para Santos, Schimidt e Pinheiro (2006), outro ponto relevante na política de custos da empresa é a estratégia adotada: liderança em custos ou diferenciação. Para Shank e Govindarajan (1997), o foco principal da estratégia de liderança em custos é obter baixo custo em relação aos concorrentes. Porém, se adotada a estratégia de diferenciação, a empresa deverá propiciar algo ao cliente que os concorrentes não oferecem. O papel da gestão de custos é claramente distinto de acordo com a estratégia adotada.

De qualquer modo, quanto mais precárias as informações de custo e quanto menor a habilidade gerencial da organização, mais os preços de venda de seus produtos tendem a constituir variáveis exógenas e, como consequência, mais os seus resultados tendem a se adaptar passivamente às oscilações do mercado.

4 Nota metodológica

A pesquisa realizada se classifica, quanto aos objetivos, como exploratória e descritiva. Os procedimentos são de pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento por meio da aplicação de questionário. A abordagem do problema é quantitativa, aplicando-se estatística descritiva.

A população da pesquisa é formada por 200 (duzentas) MPEs cadastradas no catálogo industrial da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e na lista da Associação dos Empresários do Grande Boqueirão. A amostra aleatória é composta por 60 (sessenta) MPEs localizadas nas Regiões Sul e Sudeste de Curitiba. O questionário foi aplicado no primeiro semestre de 2010. Em todos os casos em que se mostrou necessário, os gestores das empresas foram contatados pessoalmente ou por telefone.

5 Análise dos resultados

A Figura 1 apresenta a composição da amostra segundo segmentos de atividade.

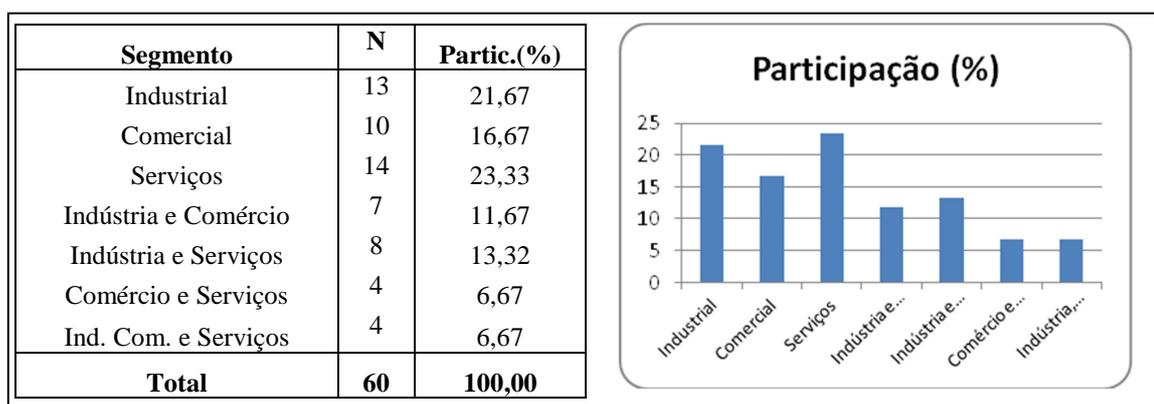


FIGURA 1 - COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR SEGMENTO

Das MPEs pesquisadas, 21,67% são exclusivamente industriais, 16,67% atuam somente no comércio e 23,33 % são dedicadas integralmente à prestação de serviços. Observa-se que mais de 60% atuam apenas em um segmento, cerca de 30% operam em dois segmentos e apenas cerca de 7% possuem atividades nos três segmentos. Destaque-se que aproximadamente de 47% das MPEs amostradas possuem atividade industrial.

A composição da amostra por estrato de faturamento anual é mostrada na Figura 2.

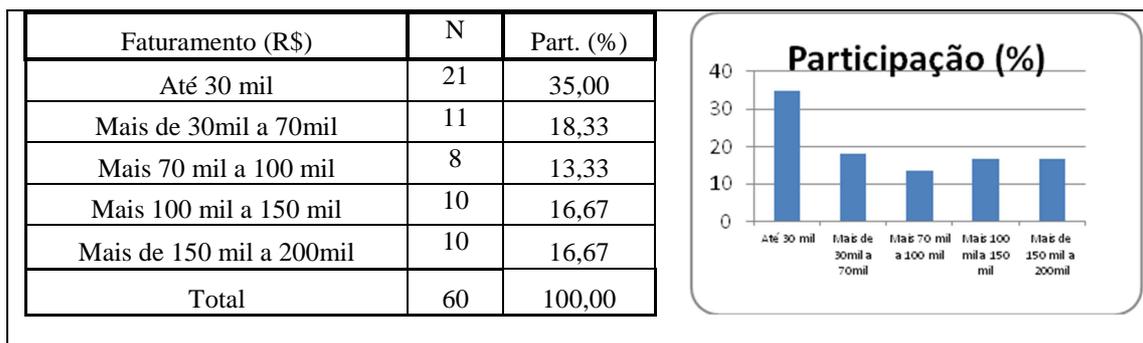


FIGURA 2 - COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR ESTRATO DE FATURAMENTO

Das empresas pesquisadas, 35,00% faturam anualmente até R\$ 30.000,00, 48,33% faturam entre R\$ 30.001,00 e R\$ 150.000,00, e apenas 16,67% faturam entre R\$ 150.001,00 e R\$ 200.000,00, conforme a Figura 2.

A Figura 3 refere-se à composição da amostra por estrato de número de funcionários.

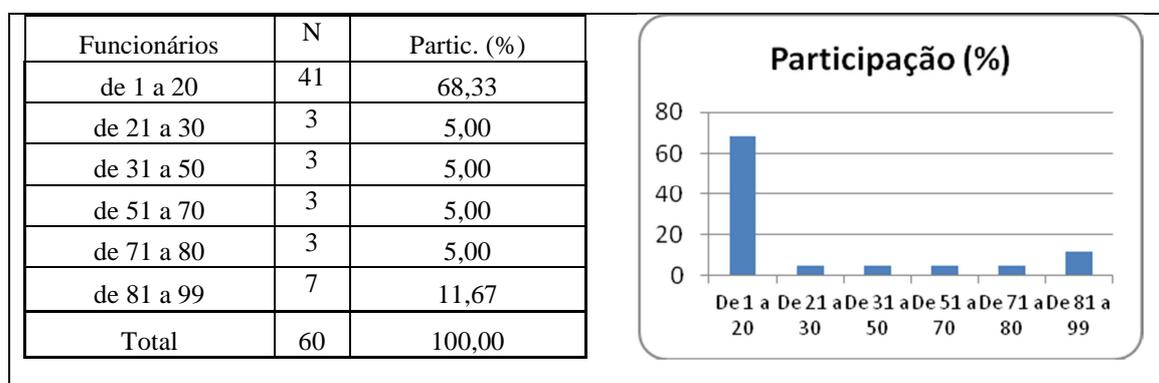


FIGURA 3 - COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR ESTRATO DE NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

De acordo com a Figura 3, 68,33% das MPEs pesquisadas empregam até 20 funcionários, 20% empregam entre 21 e 80, e apenas 11,67% possuem entre 81 e 99 empregados.

A Figura 4 se refere à educação formal dos gestores das MPEs pesquisadas.

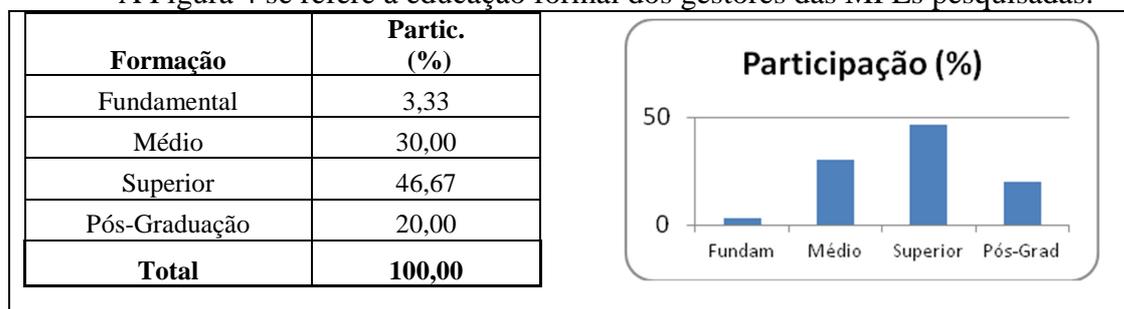


FIGURA 4 - EDUCAÇÃO FORMAL DOS GESTORES DAS MPEs

Percebe-se que 66,67% dos gestores possuem nível educacional superior ou pós-graduação. Se esta constatação vir a ser confirmada em outras regiões, poderá facilitar substancialmente a implantação de políticas públicas orientadas às MPEs.

Apesar da formação educacional elevada dos gestores das MPEs, o nível de conhecimento dos métodos de custeio é surpreendentemente baixo, como mostra a Figura 5.

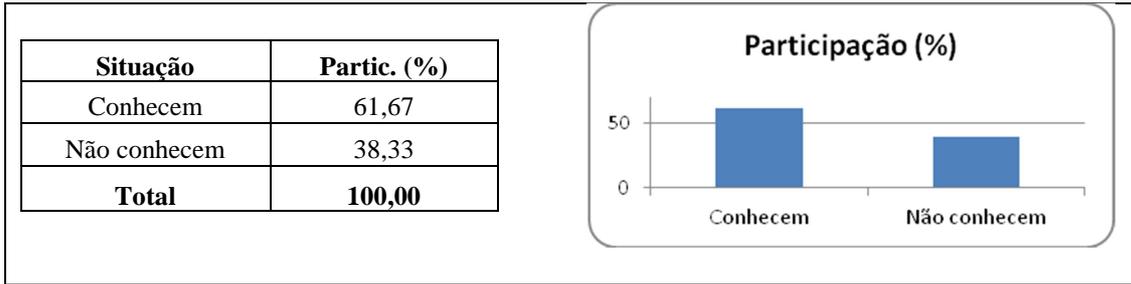


FIGURA 5 - CONHECIMENTO DOS MÉTODOS DE CUSTEIO

Cerca de 4 em cada grupo de 10 gestores das MPEs pesquisadas declaram não conhecer os métodos de custeio.

A Figura 6 se refere à utilização das ferramentas gerenciais de custos.

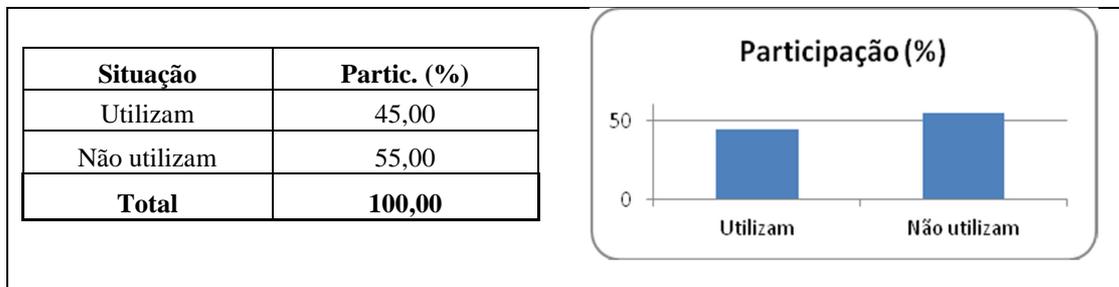


FIGURA 6 - UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS GERENCIAIS DE CUSTOS

Constata-se pela Figura 6 que 55% das MPEs analisadas não utilizam nenhuma ferramenta gerencial de custos. Comparando-se as Figuras 4, 5 e 6, percebe-se que, apesar de dois terços dos gestores possuírem educação superior ou pós-graduação, e de mais de 60% conhecerem os métodos de custeio, uma parcela bem mais modesta, 45%, declara utilizar as ferramentas gerenciais de custos.

A Figura 7 estabelece a relação do nível de escolaridade dos gestores das MPEs com o seu conhecimento dos métodos de custeio.

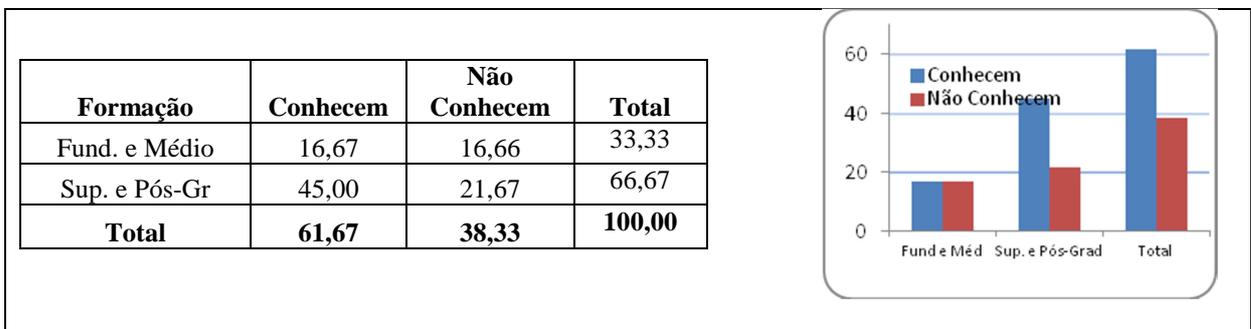


FIGURA 7 – ESCOLARIDADE *VERSUS* CONHECIMENTO DOS MÉTODOS DE CUSTEIO (%)

Quanto ao conhecimento dos métodos de custeio, a Figura 7 torna evidente que os gestores com nível fundamental ou médio se distribuem igualmente entre as duas categorias. Mostra, também, que o referido conhecimento é muito mais generalizado entre os gestores com nível superior ou pós-graduação, os quais são aproximadamente 3 dentre 4 que conhecem.

A Figura 8 relaciona escolaridade e utilização de ferramentas gerenciais de custos.

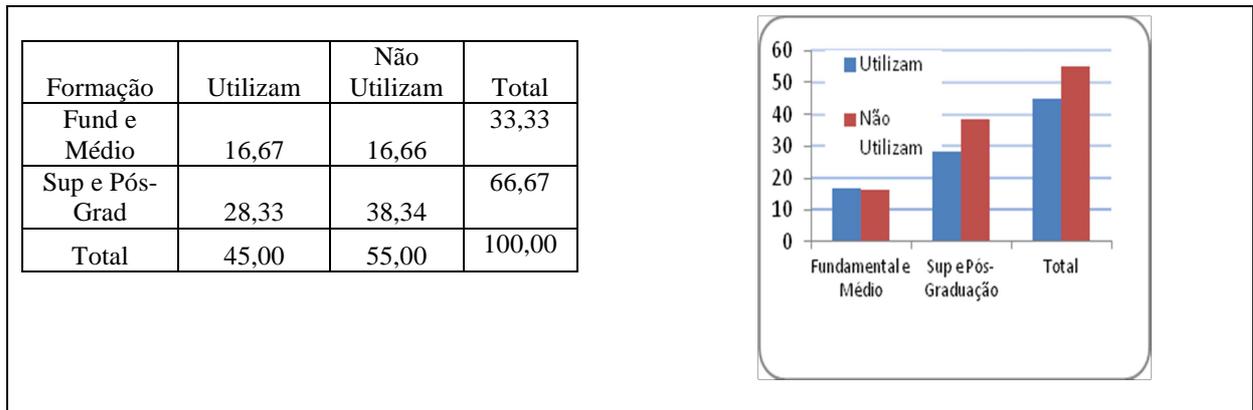


FIGURA 8 - ESCOLARIDADE *VERSUS* UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS GERENCIAIS DE CUSTOS (%)

No que diz respeito aos gestores com nível fundamental ou médio, os resultados que relacionam escolaridade e utilização de ferramentas gerenciais de custos, Figura 8, apresentam concordância com os apresentados anteriormente, relacionando escolaridade e conhecimento dos métodos; entretanto divergem marcadamente para os gestores com nível superior ou pós-graduação. Os gestores com nível superior ou pós-graduação praticamente invertem o resultado relativo ao conhecimento dos métodos de custeio. De cada 3 desses gestores, 2 conhecem os mencionados métodos, mas apenas 3 em cada 7 utilizam ferramentas gerenciais de custos.

A Figura 9 trata dos recursos utilizados para cálculo dos custos nas MPEs pesquisadas.

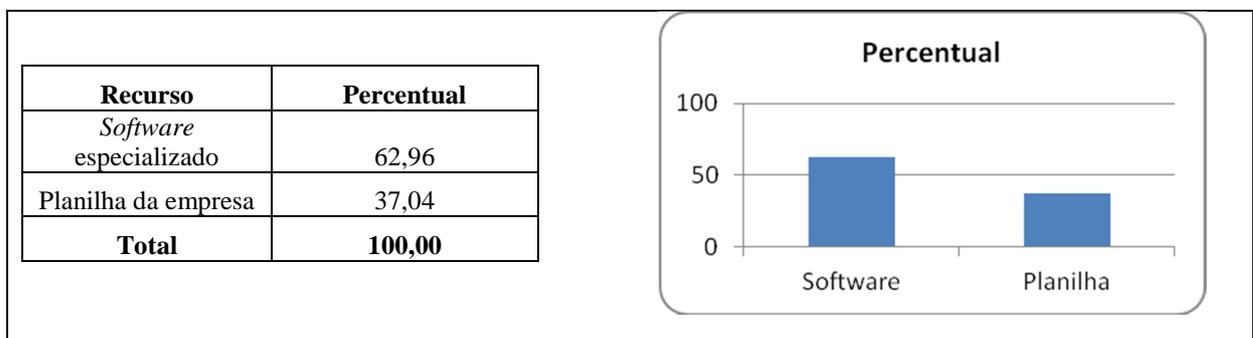


FIGURA 9 – RECURSOS UTILIZADOS PARA CÁLCULO DOS CUSTOS

Os resultados da Figura 9 mostram que uma parcela significativa dos gestores que calculam os custos (45% do total) utiliza planilhas de cálculo desenvolvidas pelos próprios usuários, as quais frequentemente estão sujeitas a imprecisão conceitual e inconsistência teórica.

Os 37,04% que utilizam planilhas, correspondem a 16,67% do total de empresas pesquisadas. Estas, somadas aos 55,00% que não utilizam nenhuma ferramenta de custos, atingem 71,67% da amostra. Este percentual é compatível com os apresentados na literatura especializada em relação às MPEs que não determinam com precisão seus custos.

Os benefícios advindos da utilização de ferramentas gerenciais de custos, mencionados pelos gestores que as utilizam, são apresentados na Figura 10.

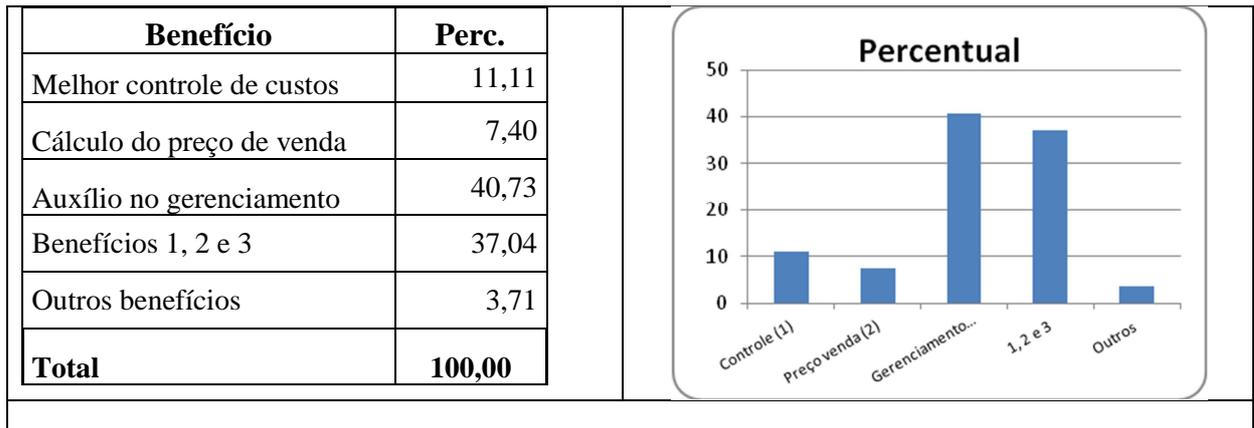


FIGURA 10 - BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS GERENCIAIS DE CUSTOS

A parcela de gestores que utiliza ferramentas de custeio, 45% dos pesquisados, reconhece importantes benefícios para a gestão operacional e financeira, destacando melhor controle de custos, auxílio na precificação dos produtos e serviços, e auxílio no gerenciamento da empresa. Isso corresponde ao que se poderia esperar. Praticamente a totalidade dos gestores que utilizam ferramentas gerenciais de custos reconhece pelo menos um desses benefícios.

A Figura 11 mostra os motivos declarados pelos gestores que não utilizam nenhuma ferramenta gerencial de custos, 55% dos respondentes.

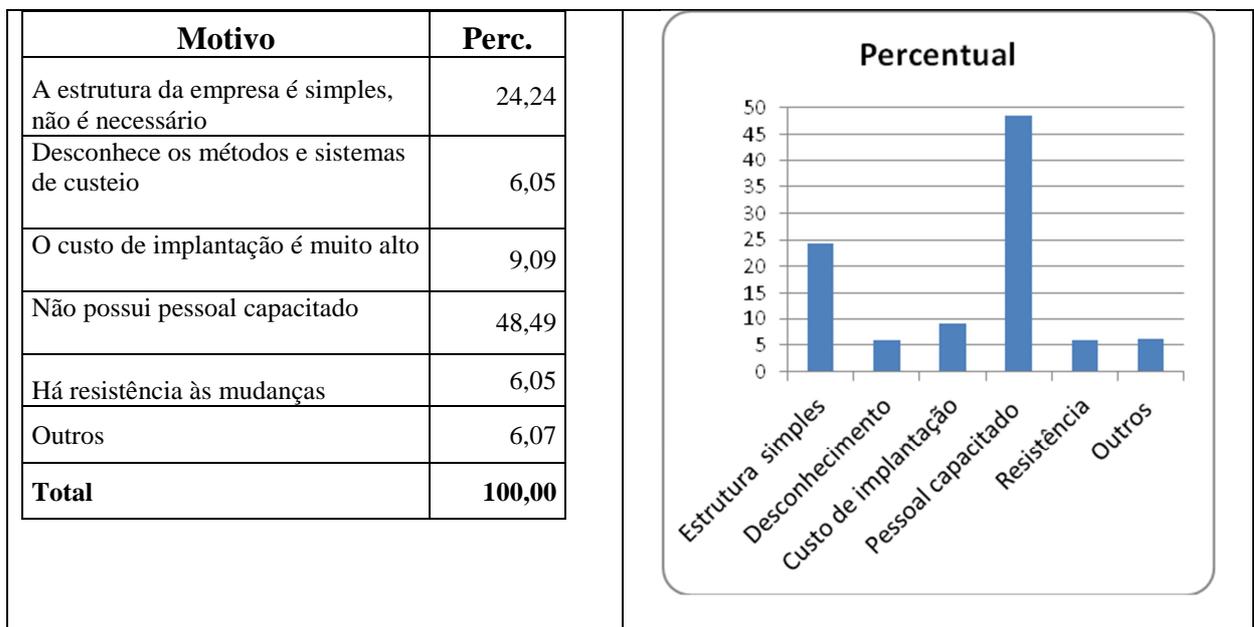


FIGURA 11 – MOTIVOS PARA NÃO UTILIZAR FERRAMENTAS GERENCIAIS DE CUSTOS

Dois motivos para não utilizar ferramentas gerenciais de custos merecem destaque: estrutura organizacional simples (24%) e ausência de pessoal capacitado (48%). O primeiro motivo é sabidamente ilusório, porquanto, mesmo em estruturas aparentemente simples, o controle de custos é necessário e valioso, e não é viável sem a utilização de alguma ferramenta. A falta de pessoal capacitado é apontada por quase metade dos pesquisados que não utilizam ferramentas gerenciais de custos, o que mostra a gravidade desse entrave e

constitui clara oportunidade para formulação e implantação de política pública. A Figura 12 trata da relação entre porte das MPEs e utilização de ferramentas gerenciais de custos.

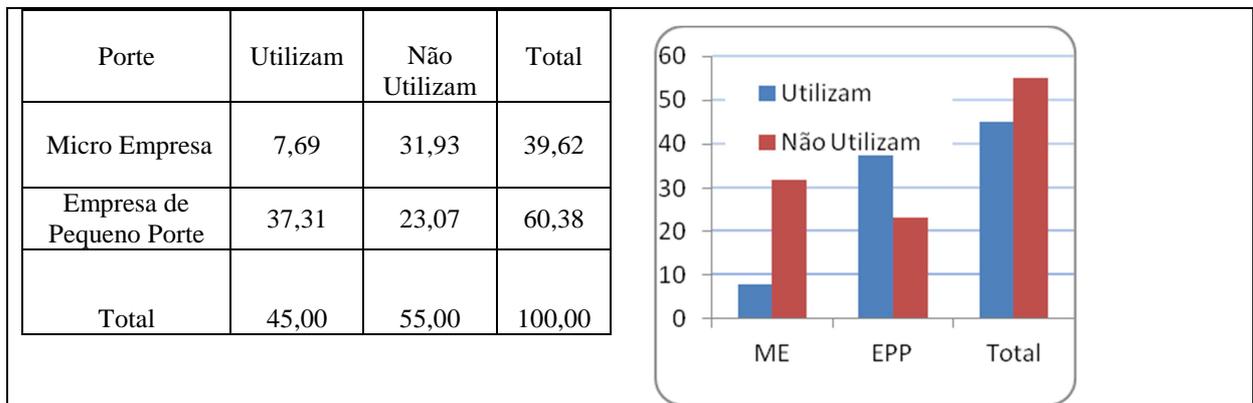


FIGURA 12 - UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS GERENCIAIS DE CUSTOS SEGUNDO O PORTE DA EMPRESA (%)

Como se observa, a mencionada utilização é muito mais freqüente entre as EPP do que entre a ME. Aproximadamente, em cada grupo de cinco ME apenas uma utiliza. Porém entre as EPP, para cada duas empresas que não empregam ferramentas gerenciais de custos, tem-se três que as empregam. Em resumo, controles formais de custos são mais comuns nas MPEs de maior porte.

6 Conclusão

As informações sobre custos são absolutamente necessárias para a gestão adequada dos negócios, especialmente nos dias atuais, devido à ampliação dos mercados e intensificação da concorrência.

As MPEs, cuja relevância social e econômica vem sendo destacada há muito tempo, por constituírem organizações menores e mais simples, poderiam obter vantagem de rápida adaptação às condições mutantes do mercado. Entretanto, em vez disso, enfrentam enormes dificuldades para sobreviver, o que é confirmado pelas altas taxas de desaparecimento logo nos primeiros anos de operação.

Entre as MPEs das Regiões Sul e Sudeste de Curitiba, objeto deste artigo, observou-se que cerca de 38% dos gestores declaram desconhecimento dos métodos de custeio e 55% não utilizam nenhuma ferramenta gerencial de custos.

Certamente, essas constatações constituem parte destacada dos motivos para os elevados índices de desaparecimento das MPEs, com apenas 20% delas sobrevivendo ao quinto ano de atividades.

São bem conhecidas as dificuldades apontadas nos estudos sobre as MPEs, como pouco acesso ao crédito e carga tributária excessiva. Entretanto, as deficiências de gestão, em particular as relacionadas com a gestão de custos, deveriam ocupar lugar de destaque na formulação e implementação de políticas públicas integradas, para que se alcance eficiência e eficácia.

Os resultados obtidos não deixam dúvida de que a concepção de políticas públicas para as MPEs devem, além de enfrentar questões creditícias e tributárias, promover a formação, a reciclagem e a atualização dos empresários, que são os seus gestores na ampla maioria dos casos.

Os gestores que utilizam ferramentas gerenciais de custos apontam, quase com unanimidade, os valiosos benefícios apontados nos manuais de contabilidade e gestão de custos. Isso significa que os benefícios percebidos são uma forte garantia de que as MPEs, após passarem a utilizar tais ferramentas, permanecerão utilizando.

O levantamento de informações junto às MPEs, segundo amostra aleatória, empresta representatividade aos resultados apresentados e analisados neste artigo no que diz respeito às Regiões Sul e Sudeste de Curitiba. Extensões deveriam ser cercadas de cautela.

Referências

Anholon, R., Zoqui, E. J., Pinto, J. De S., Moretti, D. de C. (2007, jan-jun). Características administrativas de micro e pequenas empresas: confronto entre a teoria e a prática. *Metrocamp Pesquisa*, 1 (1), 88-103,.

BRASIL, Ministério da Fazenda. (2009). Receita Federal do Brasil: Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>, acesso em 02/12/2009.

BRASIL, Ministério da Fazenda. (2010). Receita Federal do Brasil: Regulamento do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, Livro II –Tributação das Pessoas Jurídicas. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/Ant2001/1999/Dec300099.htm>, acesso em 03/12/2010.

Cezarino, L. O.; Campomar, M. C. (2006). Micro empresas: Características Estruturais e Gerenciais. *Revista Hispeci & Lema. Bebedouro*, V. 9. Disponível em: <http://www.fafibe.br/revistahispecilema/pdf/revista9.pdf>> Acesso em 16/02/2011.

DIEESE. (2008). Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos: Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa,. Brasília, Brasil.

Global Entrepreneurship Monitor e Sebrae. (2009). Empreendedorismo no Brasil. Relatório executivo: Brasília. . Disponível em:<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>. Acesso em 31/01/2011.

Leone, G. S. G. (2000). Custos: Planejamento, Implantação e Controle: 3ª ed., São Paulo: Atlas.

Moraes, J. V. (2002). Sistemas de Custos para Pequenas Empresas Industriais, Florianópolis. Disponível em: <http://ube-167.pop.com.br/repositorio/3851/meusite/dissertacao.pdf>. Acesso em 10/03/2011.

Petti, C. H. (2009, outubro) Como construir um negócio lucrativo. *Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, São Paulo, Globo, N. 249, 57-66.

Santos, J. L. Dos., Schmidt, P., Pinheiro, P. R. (2006). Fundamentos da Gestão Estratégica de Custos. São Paulo: Atlas.

Shank, J. K., Govindarajan, V. (1997). A revolução dos custos: Como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos. 2ª ed., Rio de Janeiro: Campus.

SEBRAE. (2007). Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das MPes no Brasil 2003-2005. Brasília: 2007. Disponível em: [http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/Biblioteca on line](http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/Biblioteca_on_line), acesso em 28/01/2010.

SEBRAE. (2008). 10 anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas. São Paulo: SEBRAE/SP, 111p.

Souza, A., Clemente, A. (2007). Gestão de Custos: Aplicações Operacionais e Estratégicas. São Paulo: Atlas.